

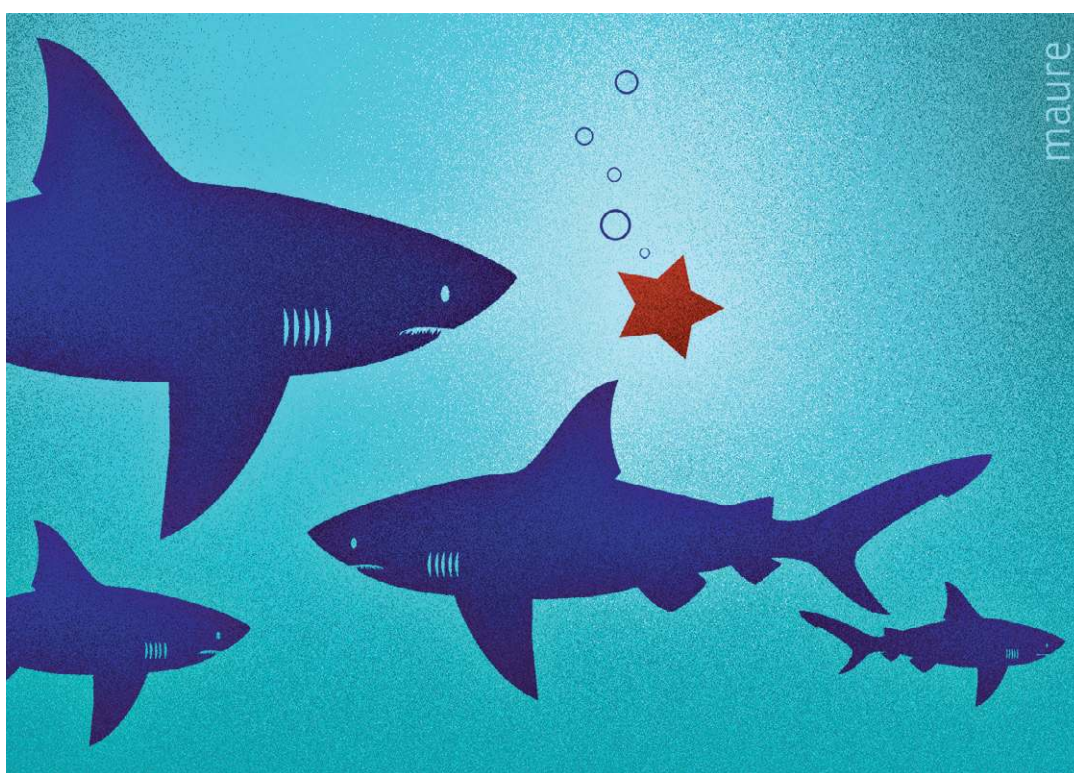
# Brasília-DF



**LUANA PATRIOLINO (INTERINA)**  
luana.patriolino@gmail.com

## Segurança do presidente

A Polícia de Segurança Pública, de Portugal, está cortando um dobrado para montar o esquema de proteção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que desembarcará em Lisboa no próximo 21 de abril, onde participará da reunião de cúpula entre Brasil e Portugal. Ele está com a agenda cheia, inclusive com compromissos no norte do país. O deslocamento será intenso. Para complicar, o partido de extrema direita, o Chega, está convocando brasileiros bolsonaristas, especialmente os evangélicos, para uma megamanifestação contra o petista. O risco de tumulto é considerado altíssimo pelas autoridades portuguesas.



maure

## Disputa acirrada

O relator do PL das Fake News, deputado Orlando Silva (PCdoB), deve apresentar, na próxima semana, um novo documento com incorporação de sugestões enviadas pelo governo federal sobre o projeto. No entanto, o Congresso ainda está dividido em relação ao texto. Até mesmo parte da base aliada tem se mostrado contrária à proposta do relator, casos do PV e do PDT — que chegou a apresentar um requerimento pedindo a criação de uma comissão especial. O PSD também se mobilizou contra e pediu ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), que a matéria seja discutida na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação no prazo de 30 dias.

## Segurança nas escolas

O deputado federal Victor Linhalis (Podemos-ES) apresentou requerimento de informações aos ministérios da Educação e da Justiça e Segurança Pública sobre ações desenvolvidas para combater eventos terroristas nas escolas. A razão é o ataque ocorrido ontem, em Blumenau (SC). Semana passada, uma professora foi morta por um aluno, dentro de um colégio em São Paulo.

## Proteção para mulheres

O grupo Meta, que abriga o aplicativo de mensagens WhatsApp, anunciou o funcionamento do canal exclusivo de atendimento do Ligue 180 ou por meio de um link da plataforma para o encaminhamento de denúncias sobre violências contra as mulheres. A iniciativa faz parte de uma parceria com o Ministério das Mulheres. Além de auxiliar no envio de denúncias de violações, o novo canal pode ser usado para obter informações sobre a Lei Maria da Penha e encontrar os endereços de atendimento e serviços às mulheres.

\*Colaborou Vicente Nunes

## E o arcabouço?

O governo federal adiou para a próxima terça-feira a entrega do novo arcabouço fiscal ao Congresso. Segundo a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, a equipe econômica aproveitará o recesso da Semana Santa para fazer os ajustes finais no texto. O que chama a atenção é a viagem do presidente Lula, programada para a China no mesmo dia. Na comitiva oficial, devem estar o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e outras autoridades. Por outro lado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deve permanecer no Brasil para articular a votação da nova regra fiscal.

## Meio ambiente na pauta

Co-presidente do International Resource Panel da ONU, Izabella Teixeira, ex-ministra de Meio Ambiente do Brasil, é mais um nome confirmado para a conferência do Lide, em Londres. Ela debate, com o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, o novo posicionamento do Brasil em relação ao meio ambiente. O evento, que deve reunir 300 empresários na capital inglesa, ocorre nos dias 20 e 21 deste mês.

## Em debate, a inclusão

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) realiza, na segunda-feira, uma audiência pública sobre os direitos das pessoas com deficiência. Membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Mario Goulart Maia é um dos convidados. Ele vai debater sobre sistema de saúde pública e suplementar e destacar o impacto do rol taxativo para as pessoas autistas. Outros temas de destaque serão desafios ao acesso à educação inclusiva e especializada e à inclusão no mercado de trabalho. “Essa luta é muito sensível. Não querem enxergar, não querem discutir. As pessoas, os juízes, precisam tomar as iniciativas de saírem de suas bolhas. Precisam enxergar a realidade dessas pessoas. O que falta é a empatia”, disse o conselheiro à coluna.

## CNJ decide sobre agressor

Pressionado a tomar uma posição sobre a situação do juiz Valmir Maurici Júnior, da 5ª Vara Cível de Guarulhos, São Paulo, acusado de agressão física, sexual e psicológica contra a ex-companheira, o CNJ marcou uma sessão extraordinária para terça-feira, com o objetivo de decidir o futuro do magistrado. Os conselheiros ouvidos pela coluna afirmaram que têm certeza do afastamento do juiz por unanimidade.

## ARCABOUÇO FISCAL

# “Regra não garante queda de juros”

Campos Neto faz ressalva, mas elogia nova âncora. Senado marca para dia 27 debate do presidente do BC com Haddad e Tebet

» RAFAELA GONÇALVES

Em suas primeiras declarações após a apresentação do arcabouço fiscal pelo governo Lula, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, elogiou a nova âncora apresentada, mas ponderou que a proposta não garante a queda dos juros. “Não existe relação mecânica entre o fiscal e a taxa de juros na forma como é colocada. O importante para a gente é atuar dentro do sistema de metas”, frisou. “Nós temos uma meta de inflação e olhamos as expectativas. O mais importante é como as medidas que estão sendo anunciadas afetam o canal das expectativas”, acrescentou, em evento promovido pelo Bradesco.

O texto final do arcabouço está em vias de ser concluído e deverá sofrer algumas alterações, sugeridas por economistas do mercado e acatadas por técnicos do governo. Caberá ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a decisão política de enviar para o Congresso na próxima semana, ou com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), cuja data-limite para ser encaminhado ao legislativo é 15 de abril.

No próximo dia 27, o ministro da Fazenda e o presidente do BC vão ao Senado debater sobre a taxa de juros. A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, também foi convidada para o encontro.

A data foi confirmada, ontem, pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), mas está sujeita a mudanças, visto que antecede a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

No pedido da audiência, Pacheco disse que é preciso encontrar um equilíbrio para as taxas de juros e afirmou que “ao mesmo tempo em que não

Reprodução/YouTube



O presidente do BC, Roberto Campos Neto, sobre a âncora fiscal: “Nossa avaliação é superpositiva. Reconhecemos o esforço do governo”

é viável o aumento descontrolado de preços, também não é desejado o sufocamento da economia no curto prazo”.

A questão fiscal vinha sendo considerada uma das pedras no caminho da queda dos juros no país. Em meio a críticas recorrentes do governo à condução da política monetária, o presidente do BC mostrou preocupação com a politização do processo de decisão do Copom sobre a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 13,75% ao ano.

“A tentativa de politizar um processo que é totalmente técnico, isso é uma coisa que deixa os funcionários da Casa e os diretores, de uma forma geral,

bem preocupados”, ressaltou o chefe da Autoridade Monetária, no evento de ontem.

Ante a pressão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela redução dos juros, Campos Neto voltou a defender a autonomia do BC. “Tem milhares de pessoas, diretores da Casa, que sabem que passam a noite rodando moderado, fazendo toda a parte de estimativa, de projeção. Não tem nada na decisão que é política, é sempre técnica”, complementou.

Para o presidente do BC, a ausência de divergência nas decisões do Copom não pode ser confundida com a falta de debates no colegiado. “Os diretores também têm mandato e também

são autônomos; assim como eu, eles devem seus mandatos ao Senado. Isso traz equilíbrio para a tomada de decisão”, frisou.

Campos Neto ressaltou ser preciso reconhecer o esforço de Haddad para reduzir os riscos fiscais do país. Segundo ele, a regra “elimina um risco de cauda para quem achava que a dívida poderia ter uma trajetória explosiva”. “Nossa avaliação é superpositiva. Reconhecemos o esforço do governo. Vamos observar como vai se passar o processo de aprovação no Congresso, se vai ter alguma modificação. Para quem avalia o risco de ter uma trajetória de dívida mais descoordenada, acho que isso foi eliminado”, destacou.

## Harmonia

Campos Neto considerou ainda que o arcabouço trabalha por meio do canal de expectativas. “Vamos tentar ajudar e ser construtivos, inclusive com sugestões, sempre entendendo que é prerrogativa do governo e entendendo que precisamos trabalhar juntos para ter harmonia entre o fiscal e o monetário.”

Haddad, por sua vez, demonstrou otimismo para uma conciliação entre o governo e o BC, após a avaliação “superpositiva” de Campos Neto. “Vamos construir a harmonia necessária para o Brasil crescer”, disse o ministro ao sair do gabinete. (Colaboraram Rosana Hessel e Raphael Felice)

## Expectativa entre senadores

» KELLY HEKALLY  
Especial para o Correio

Enquanto o governo faz os ajustes finais no projeto do novo arcabouço fiscal, o Senado está na expectativa da chegada do texto para ter um termômetro a respeito da regra que substituirá o teto de gastos, vigente desde 2017.

Após encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na terça-feira, o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que o Parlamento vai dar a “celeridade devida ao arcabouço fiscal”.

De acordo com o segundo vice-presidente do Senado, Rodrigo Cunha (União Brasil-AL), a ida do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, à Casa foi limitada “a declarações” e será necessário, primeiramente, ver se o informado pelo petista consta na proposta, quando o texto for entregue.

“Não haverá rolo compressor. Todo mundo (no Senado) entende que é importante colaborar e não tentar postergar (a análise). Vamos dar nossa contribuição”, frisou.

Líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN) se limitou a dizer que, quando o documento for enviado, o olhar será de consistência, ou não, da sugestão do Executivo, mas defendeu estar correto o movimento do Planalto de querer aprovar o arcabouço antes da reforma tributária. Ponderou que vai depender do “rito do Parlamento” fazer a inversão. Até meados de março, o governo vinha anunciando que a tributária tramitaria no Congresso antes da discussão da nova regra fiscal.